

SESSÕES DO PLENÁRIO

10ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. HERALDO ROCHA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. JOÃO BONFIM *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (52).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Srs. Deputados, considerando que atualmente temos computadores, informática e painel, gostaria de propor, até porque já foi discutido na Mesa Diretora, que apenas o presidente fique aqui na Mesa. Não faz mais sentido a presença dos dois secretários, é assim em todo Parlamento.

O que proponho, repito, é que fique somente o presidente na direção da sessão. Pretendo que essa decisão seja consensual. O deputado Fernando Torres, que é vice-presidente, tem uma opinião contrária, mas faço esse apelo porque sempre, quando vamos abrir a sessão, temos de ficar pedindo aos Srs. Deputados para que venham compor a Mesa. Agora mesmo é o Líder da Oposição que está sentado aqui na 1ª Secretaria. Fico numa situação difícil.

Não vou fazer esse debate agora, até porque tem deputado que é contra, mas quero pedir a permissão de V.Ex^{as} para, na primeira sessão que houver quórum de votação, colocar em votação essa proposta, e assim o Plenário decida. Não tem mais sentido o deputado ficar sentado aqui sem fazer nada, não precisa mais ler ata. No Congresso é assim.

Eu fico, deputado Gaban, como presidente, pedindo a um e a outro deputado para vir...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, V.Ex^a pode aproveitar e extinguir cinco cargos da Mesa também. Ficam somente o presidente e os 1º e 2º vices, não precisa mais dos outros cargos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Precisa, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Para fazer o quê?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Precisa, a Mesa Diretora tem decisões políticas, inclusive foi ela que aprovou a resolução que corta o ponto. Então a Mesa tem, sim, uma função muito importante. Quero apenas que os Srs. Deputados pensem, e decidiremos aqui no Plenário, democraticamente.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Heraldo Rocha, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Arthur Oliveira Maia, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 14 e 22/01/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/01/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido o deputado Rogério Andrade ou o deputado Fernando Torres para assumir a Presidência, tendo em vista que vou ter uma reunião com os Líderes.

Convido também a deputada Marizete Pereira para assumir o lugar do deputado João Bonfim, que tem um compromisso.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Álvaro Gomes.

O ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais parlamentares presentes,

lideranças que se encontram na Assembléia Legislativa, quero neste meu primeiro pronunciamento me solidarizar com os trabalhadores da construção civil, que estão em greve. Eles estão nos canteiros de obras do Alphaville e em diversos outros canteiros da cidade, e logo mais, ao meio-dia, farão uma grande caminhada, saindo do Campo Grande, em defesa dos seus salários, de melhores condições de trabalho e de justiça social.

Raimundo Brito, presidente do Sintracon, Florisvaldo Bispo, da CTB, e toda a diretoria estão empenhados neste movimento grevista, buscando, ao mesmo tempo, uma solução para o impasse.

Sabemos que o mundo inteiro atravessa uma profunda crise, que é do capital. E sabemos muito bem que esta crise tem interferência no Brasil e na Bahia, atingindo a indústria, a construção civil e todos os outros segmentos. Não há nenhum questionamento quanto a isso. Agora, o que é preciso deixar bem claro é que os trabalhadores não podem pagar a conta dessa crise do capital. Os trabalhadores não podem ser sacrificados em função da irresponsabilidade das elites, sejam nacionais, sejam internacionais que não têm nenhuma preocupação com o social.

Portanto, os trabalhadores da construção civil estão em greve, fazendo reivindicações mínimas, reivindicando 13% de reajuste, reivindicando o fim do contrato temporário, que na realidade é um contrato que se constitui numa fraude, porque é um mecanismo para que os empresários não remunerem corretamente esses trabalhadores, vencido o contrato temporário, contratam outros operários.

Portanto, é equivocada a forma com que as empresas fazem esses contratos temporários, é uma maneira de burlar a legislação trabalhista, é uma maneira de retirar direitos dos trabalhadores. Portanto, os 100 mil trabalhadores da construção civil do Estado da Bahia estão, nesse momento, em mobilização, em greve e o nível de adesão é bastante elevado.

Nós fazemos aqui um apelo ao bom senso do empresariado, porque o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, a Federação dos Trabalhadores da Construção Civil, a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB, presidida pelo companheiro Adilson Araújo, estão fazendo um esforço, estão tendo o bom senso de negociar, de encontrar uma saída para o impasse para que a greve possa acabar.

Essa greve, portanto, é de inteira responsabilidade dos empresários da construção civil que se negam a negociar seriamente com os trabalhadores. Fazemos um apelo para que haja negociação, fazemos um apelo para que se chegue a um denominador comum, para que os trabalhadores possam retornar às suas atividades normalmente, desde quando atendidas as suas reivindicações básicas para que tenham melhores condições salariais e melhores condições de trabalho.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 5

minutos.

Convido o nobre deputado Misael Neto, Líder do Democratas, para substituir o Líder da Minoria aqui na Mesa.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, nós temos feito um esforço muito grande para iniciarmos o processo normal desta Casa.

Ontem mesmo, com a participação do deputado Pedro Alcântara, que tem sido acessível, do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, do deputado José Nunes, deputado Zé Neto, deputado Gildásio Penedo Filho, discutimos com o nosso presidente até mais tarde a respeito da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública e houve uma aquiescência do deputado Pedro Alcântara para que nós pudéssemos normalizar essa situação. Mas, foi colocado pelo nosso presidente, e aguardamos na reunião o Líder do governo – que teve compromissos inadiáveis e não pode permanecer –, porque foi feita uma proposta pelo nosso presidente, caso a Assembleia ganhasse na Justiça: teríamos que retornar a Comissão de Segurança para a Bancada do governo. Mas a maioria dos parlamentares da nossa Bancada não aceitou essa proposta. Há pouco, o nosso presidente – a quem quero, nesse particular, parabenizar, porque tem nos auxiliado muito – nos convocava a uma nova reunião, hoje pela manhã, a fim de que pudéssemos tentar resolver esse impasse.

Ontem, o nobre deputado Zé Neto subia a esta tribuna - e não pude nem prestar atenção ao pronunciamento dele, apenas tomei conhecimento por meio do *blog* – e comentava sobre a dengue em Itabuna, porque eu houvera dito que o combate a ela era responsabilidade do governo. É responsabilidade do governo, sim, e não só dele, mas ele é o comandante do processo.

O deputado Zé Neto disse ainda que encontrou o Hospital de Base destruído, mas esse hospital não é para tratar dos casos de dengue, não, pois dengue é doença preventiva e tem-se que evitar que o portador dela vá para um hospital. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Ele precisa ler um pouco, já que quer entrar na seara médica. A dengue é uma doença de prevenção, e o que quero dizer é que o combate a ela é um trabalho de toda a sociedade. Mas quem comanda o processo de erradicação da dengue é o Estado, através do Ministério da Saúde, tanto que o secretário de Saúde está em Itabuna, convidou o secretário da Saúde do Rio de Janeiro para dar uma aula sobre como prevenir e combater a dengue.

Então, na verdade, esse é um assunto que passa por todos os segmentos da sociedade quando a gente vê o boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado, de hoje, com 6.567 casos de dengue na Bahia, correspondendo a um crescimento de 153% deles em relação ao mesmo período de 2008, quando foram detetados 2.587. Quando a gente vê isso, constata que é uma operação de guerra que tem que ser feita.

Hoje, lia, rapidamente, nos jornais, que o Ministério Público vai acionar as prefeituras. Realmente, os prefeitos, assim como os prefeitos, os vereadores, o Lions, o Rotary, a Maçonaria, os Sindicatos, os movimentos sociais, enfim, a sociedade é responsável pelo combate e, principalmente, pela prevenção de doenças.

Ora, o hospital é o último local aonde o paciente deve ir. A gente aprendeu, na medicina, e bem, na época, que o último lugar aonde o indivíduo deve ir é o hospital. Temos que prevenir! Quantos estudantes de medicina, hoje, não conhecem difteria, tétano, coqueluche, sarampo, que, na minha época eram doenças comuns! Por que eram comuns? Porque não existiam vacinas.

Portanto, quero dizer ao deputado Zé Neto que a responsabilidade pelo combate à epidemia e ao surto de dengue é do Estado, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual, seja no âmbito municipal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos agora sob o efeito da “marolinha” de Lula. O presidente Lula, mandatário da Nação, tentou enganar todos os brasileiros, dizendo que a crise que está instalada no mundo inteiro desde o ano passado não chegaria ao País e que, se chegasse, seria apenas uma “marolinha”. O que está sendo um *Tsunami* para os outros países, aqui é apenas uma “marolinha”. Pois bem, senhores, anteontem a máscara caiu.

O ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central, enfim todos da área econômica do governo não tiveram mais como esconder os dados alarmantes da economia. Claro, a realidade já estava aí, mas apenas o governo tentou esconder isso da opinião pública, dizendo que era uma marola, que o efeito não seria tão danoso para o País. Ocorre que fábricas estão fechando, o desemprego está alarmante em todos os setores da economia, desde o setor informal, ao comércio, à indústria, aos serviços. Todos os setores estão sendo afetados nesses meses devido à crise. A previsão de crescimento do País que seria acima de 4% já está prevista para algo em torno de 2% ou talvez menos. O PIB do País encolheu, passou para menos da metade.

Na Bahia, o governo Jaques Wagner estava seguindo na mesma onda do presidente Lula, dizendo que a crise também não afetaria a Bahia. Só quem está sentindo são os trabalhadores que estão perdendo os seus empregos. As fábricas, fechando, como a Britânia, as que não estão fechando estão demitindo, e o governo sem tomar nenhuma providência. O PIB da Bahia, em 2008, foi de apenas 4,8% - o do País foi 5,1% -, mostra que caiu nesses dois anos do governo Jaques Wagner. No governo de Paulo Souto, nos governos anteriores, o PIB da Bahia esteve sempre acima da média do PIB nacional. Todos os dados econômicos mostram isso. A Bahia cresceu nos últimos anos até 2006, sempre com o crescimento da economia acima do PIB nacional. Hoje, ao contrário, o PIB da Bahia está caindo com este governo que aí está. Mostra que o governo não está dando a devida atenção ao setores produtivos do Estado principalmente na atual crise.

Desde o ano passado que estamos alertando sobre isso. Os empresários solicitavam o parcelamento do ICMS, mas o governo insensível não o fazia, só veio fazê-lo agora. Claro, temos até de parabenizar o governo porque o fez, embora

tardiamente. Depois de várias demissões no setor do comércio, com a questão do ICMS que não foi parcelado, felizmente o governo fez essa semana o parcelamento do ICMS para que os setores econômicos – a indústria, o comércio – possam ter um paliativo e evitar mais demissões. Nesse último trimestre de 2008, o PIB da Bahia foi de apenas 1,3%, uma queda drástica. O Estado da Bahia, por falta de apoio do governo aos setores econômicos, está sofrendo uma queda acentuada do PIB, e os setores econômicos não estão respondendo por falta desse apoio que deveria estar havendo neste momento de crise, porque a crise é real, e quem a está sentindo são os trabalhadores.

Portanto, pedimos a sensibilidade do governador para que ele venha, realmente, dar o apoio necessário para que a Bahia não sofra tanto com a crise que está instalada no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, já tivemos alguns pronunciamentos nesta Casa a respeito do projeto de resolução que, de maneira arbitrária, ditatorial, tenta, ou, pelo menos, dá iniciativa ao regime de urgência sem nenhum tipo de discussão nesta Casa para mudar o Regimento Interno. Vários presidentes da Casa nomearam comissões nesse sentido, e nenhuma delas obteve o resultado esperado. Agora, apenas para atender a um capricho, ou a uma indecisão do governo do Estado, que não confia na sua Maioria, que tem demonstrado ser uma maioria frágil, tenta, de maneira ditatorial, mudar um item apenas do Regimento Interno desta Casa.

Deputado Álvaro Gomes, já que veio o assunto à pauta, temos que abrir o diálogo. Por que não aproveitamos e, em vez de fazermos uma coisa ditatorial, mudando o Regimento Interno que há 24 anos está aqui na Casa dizendo que são oito membros em cada comissão, vamos fazer então o que a Casa efetivamente precisa? Do que é que a Casa precisaria? Primeiro, aumentar o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão mais importante da Casa e por onde passam todos os projetos; aumentar o número de membros da Comissão de Finanças e Orçamento e Fiscalização, por onde passa a maioria dos projetos; aumentar o número de membros da Comissão de Educação, por onde também a maioria dos projetos acaba tramitando.

Está-se falando aqui na Casa de começarmos finalmente a votar projetos oriundos dos deputados. Mas para isso do que é que precisaríamos? Precisaríamos profissionalizar. Já que iríamos aumentar o número de membros dessas três Comissões e as outras permaneceriam com oito, que acho um número suficiente, teríamos de dar infraestrutura para essas comissões. Se não tivermos os técnicos da Casa que possam dar o suporte para a Comissão de Justiça, por exemplo, o que é que faríamos, deputado Álvaro Gomes? Faríamos um concurso público para contratar

juristas, bacharéis em Direito, para darem o suporte para que se possamos analisar os projetos. Quantos projetos foram aprovados nesta Casa e vetados, não só pelo atual governador como por vários outros governadores, porque eram inconstitucionais?

Então dotaríamos a Comissão de Constituição e Justiça de um corpo técnico permanente da Casa para dar o respaldo técnico a todos os projetos que tramitam. São mais de 300 projetos que tramitam. Não há condições de nenhum órgão da Casa, hoje, analisar, de nos dar o suporte técnico necessário. Da mesma forma, se contrataríamos tributaristas para membros da Comissão de Finanças e Orçamento e Fiscalização, especialistas até, digamos assim, de uma forma mais abrangente, pessoas que conheçam o Orçamento do Estado, que possam nos orientar, dar o suporte técnico necessário, colocar auditores que possam nos orientar quanto à fiscalização séria, responsável. A mesma coisa faríamos na área da educação, contrataríamos técnicos dessa área para darem suporte técnico para que, embasados em pareceres técnicos de um grupo permanente da Casa, pudéssemos, aí, sim, dar satisfação à sociedade votando projetos oriundos não só dos parlamentares, mas todos os projetos que aqui tramitam, se tivermos embasamento técnico e jurídico para podermos decidir.

Então, Sr. Presidente, a sugestão que faço neste momento é de que não façamos, não aprovemos um projeto casuísta, que iria apenas denegrir a imagem da Assembleia Legislativa, um projeto ditatorial que não pode ser implantado depois que as comissões técnicas forem instaladas nesta Casa. Se tivessem sido instaladas antes teriam minha concordância, mas já que o assunto está aí colocado, vamos parar. Quem gosta do Parlamento e tem para com ele responsabilidade deve de maneira clara, Pedro Alcântara, aberta, aumentar o número de membros dessas três comissões: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento e Educação. Vamos estruturar as três comissões para darmos o respaldo aos pareceres que forem emitidos e que tenham o apoio técnico necessário para que a Casa não passe por vexame, porque já passamos por vários. Já aprovamos projetos aqui no Plenário, foram considerados inconstitucionais e tiveram o veto do governador, como o do atual e também de outros governadores.

Essa é a proposição que faço, meu caro presidente, meu querido Líder Heraldo Rocha. Infelizmente, o deputado Waldenor Pereira não está presente nesse momento na sessão, mas gostaria que V.Ex^a encaminhasse isso. Srs. Líderes aqui presentes, vamos enxergar a Casa como ela deve ser enxergada, com responsabilidade, colocando técnicos competentes e aumentando o número de parlamentares nessas três comissões, e assim teremos justificativas, Sr. Presidente, porque é por onde passam todos os projetos.

Poderíamos até, se fosse o caso, fazer como faz o Senado na Câmara Federal, criar dentro dessas três comissões, já que vamos aumentar o número de participantes, subcomissões, para vermos assuntos pertinentes a cada área, que teriam, quando necessário, grupos de parlamentares bem assessorados pelos técnicos que a Casa contrataria para ter o respaldo que ela precisa. Aí, sim, estaríamos dando um retorno à sociedade e a demonstração de que o Poder Legislativo está imbuído do melhor

propósito, ou seja, analisar com técnica os projetos em tramitação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado José Nunes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, já estamos hoje praticamente no meado do mês de março e, infelizmente, esta Casa Legislativa ainda não tomou o rumo normal dos trabalhos. Ainda faltam comissões a serem instaladas, falta realmente o início dos trabalhos legislativos, mesmo depois de decorridos mais de 30 dias do início oficial.

Portanto, eu acho que a sociedade já começa a cobrar, nobre presidente, uma ação efetiva de todos nós, parlamentares, no sentido de que volte depressa à normalidade esta Casa. É preciso acabar com as picuinhas, é preciso acabar com as discussões estéreis, porque realmente precisamos, nobre deputado Heraldo Rocha, retornar à normalidade legislativa, porque a sociedade reclama e com razão. Não podemos ficar aqui perdendo dias discutindo quem vai assumir essa ou aquela comissão; não podemos estar a inventar moda, querendo aumentar o número dos Srs. Deputados que participam das comissões; não podemos estar criando regras para definir um jogo que já começou a ser jogado.

É preciso que haja realmente o bom senso. Nós, da Oposição, não podemos ficar mercê somente da direção desta Casa, e quando falo direção falo presidente, porque este Parlamento sempre foi muito presidencialista, em que os componentes da Mesa, infelizmente, não mandam em nada. Já tive oportunidade de participar da Mesa Diretora, na época era presidente o deputado Gaban aqui presente. E, àquela época, Gaban, era do mesmo jeito, quem mandava era o presidente. Eu até brincava dizendo que quem mandava depois do presidente era o primeiro secretário que tinha apenas uma atribuição: comprar o lanche no dia em que a sessão se estendia até às 2h manhã. Era a única atribuição que tinha, verdadeiramente, o primeiro secretário. Parece-me que, até hoje, continua desta forma. Quem manda é apenas o presidente. É um regime, extremamente, presidencialista que precisa, também, mudar.

E fica aquele jogo dizendo que é o presidente, é o Líder do governo. Ninguém encontra o rumo e a Casa está engessada e paralisada onde os projetos não fluem, de forma nenhuma, para as comissões temáticas. Portanto, eles não chegam ao Plenário para que sejam, realmente, discutidos e votados os projetos de interesse da sociedade baiana.

Realmente, precisamos parar, raciocinar e entender que essas modas, que querem instalar aqui, deputado Gaban, estão erradas. Não se pode, de forma nenhuma, querer mudar a regra do jogo quando ele já começou. Se chega aqui uma urgência urgentíssima para se votar um projeto aumentando o número dos deputados nas comissões, é, realmente, uma decisão esdrúxula que ninguém pode entender como certa. Não pode. É preciso raciocinar, mudar. É preciso ter o mínimo de respeito com a Oposição, porque não se pode ter uma Casa Legislativa funcionando

democraticamente quando se pensa em, realmente, mandar nas comissões, no Plenário e em tudo que há querendo massacrar, de uma vez por todas, com o rolo compressor a Oposição, pois esta é, realmente, importante para o processo democrático do Brasil, da Bahia ou de qualquer lugar.

De forma que eu repudio tais decisões dos senhores dirigentes desta Casa.

Quero dizer, também, que o Líder do governo, Sr. Waldenor Pereira, deveria entender que não deveria ser desta forma. Há de se entender que, durante os 16 anos que passamos na Situação, desde o governo de Antonio Carlos Magalhães passando por Paulo Souto, César Borges e Paulo Souto de novo, portanto, quatro gestões, ou seja, 16 anos, em momento nenhuma a Situação – àquela época também tinha uma maioria esmagadora – quis mudar a regra do jogo para dificultar o trabalho da Oposição.

Eu me lembro de uma certa época quando se pensou em mudar, apenas, o tempo de discussão dos projetos de vinte para dez minutos. Isso foi uma confusão. Levantou-se a Oposição gritando e esperneando. Realmente, houve um recuo natural, porque entendíamos que não se podia, realmente, mudar a regra do jogo quando o jogo estava sendo jogado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Para concluir, nobre presidente, quero fazer um apelo aos senhores participantes da Mesa Diretora, ao presidente Marcelo Nilo, também ao Sr. Líderes do Governo e da Oposição que possam, realmente, fazer uma reunião para que se encontre o caminho normal e natural com o intuito de que os processos possam fluir com naturalidade e encontremos sim, o caminho certo que a sociedade reclama e precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de convidar o nobre deputado Luiz de Deus para me substituir, pois tenho necessidade de ir ao gabinete.

Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos honram com suas presenças, quero também aproveitar a oportunidade para saudar a presença o ex-deputado Raimundo Sobreira, nosso amigo, presente ao nosso Plenário, honrando esta Casa com sua presença.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa tem debatido muito, recentemente, sobre a alteração do número de membros das comissões desta Casa. É importante para nós, é um debate de ordem política, e cada um faz a leitura que acha conveniente, que acha melhor dentro de sua ótica.

Mas a imprensa brasileira e os jornais locais, como uma matéria grande na *Folha de S. Paulo*, falam sobre a crise que atinge o nosso País.

A *Tribuna da Bahia*, cuja leitura nos é obrigatória, por ser um jornal que publica informações importantes, traz em sua chamada de capa:

(Lê) *“Queda do PIB assusta e o Copom derruba juros para 11,25%
O tombo de 17,2% da produção industrial em janeiro, em relação ao mesmo
mês de 2008,...”*

Uma queda de 17,2%, algo significativo, deputado José Nunes, V.Ex^a que é um estudioso desse problema – inclusive é autor de um projeto importante sobre a redistribuição do ICMS em nosso País – e um grande empresário de um setor importante do nosso Estado.

(Lê) *“(...) e um recuo de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) levaram o Banco Central a pôr os pés no chão e, através do seu Comitê de Política Monetária (Copom), decidiu ontem reduzir a Selic em 1,5 ponto percentual, caracterizando o maior corte desde novembro de 2003, e baixando os juros a 11,25% ao ano.”*

Não sei como o empresariado brasileiro, tanto do setor comercial, como do industrial, suporta, deputado João de Deus, juros desse nível, 11,25%. Os maiores juros do mundo, do planeta Terra, nós pagamos aqui, no Brasil.

Portanto, aqueles que no início, inclusive o próprio presidente da República, diziam que era uma marola, estão vendo uma recessão técnica instalada em nosso País. Daqui a pouco vai chegar na casa de cada cidadão. E há um estímulo exagerado para o consumo. Mas as medidas necessárias para que se evite essa recessão em nosso País definitivamente ainda não foram tomadas.

Nós sabemos que a Bahia, daí a razão da minha fala, por ser um Estado que tem o Pólo Petroquímico e a fábrica da Ford, será fortemente atingida pela recessão ainda este ano.

Estranha-me ver a declaração do secretário da Fazenda hoje, que disse que está à disposição, deputado Heraldo Rocha. Mas à disposição para quê? Quais são as medidas efetivas que a Secretaria da Fazenda está tomando para diminuir, para atenuar essa recessão que está chegando à porta de cada um?

Enviei uma correspondência ao secretário da Fazenda, cobrando determinadas medidas para atenuar a crise que chegou ao Vale do São Francisco, que é a crise da fruticultura. Com a recessão, com a crise internacional os preços da manga, da uva, que são os produtos que mais alavancam o emprego e a economia de nossa região, caíram em 70%. Há a necessidade premente de se rolar as dívidas, e algumas medidas em relação ao ICMS devem ser tomadas para que não haja mais perda, porque sumiram mais de 10 mil empregos e a erradicação de pomares está acontecendo no Vale do Rio São Francisco.

O Banco do Nordeste chegou na hora, mas o Banco do Brasil ainda está por honrar os compromissos assumidos. Precisamos de uma portaria do Ministério da Fazenda, tal qual o Banco Central fez para o Banco do Nordeste, para amenizar a situação e não gerar um problema social de tamanho imensurável para a nossa região com o desemprego na fruticultura. Existem pessoas empregadas há 15 anos que só sabem colher uva, só sabem armazenar uva. E quem mais emprega é a agricultura, que é a economia abençoada, que irriga todos os setores da economia do município, desde a revendedora de agrotóxicos, ao posto de gasolina, à revendedora de implementos agrícolas, de insumos, etc. Então há uma necessidade de o País se

debruçar sobre a questão. Esta Casa, deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, e deputado Waldenor Pereira, Líder da Maioria, não pode se furtar a este debate. Não sei se já instalaram uma comissão para a crise econômica. Eu vi no jornal. Não sei se tem andado. V.Ex^a, como Líder da Minoria, sabe me informar se instalaram a subcomissão para tratar da crise econômica no nosso Estado?

O Sr. Heraldo Rocha:- Não.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Não. Ainda não.

Sr. Presidente, deputado Júnior Magalhães, infelizmente o meu tempo é curto. V.Ex^a, que foi um grande presidente duma Comissão importante desta Assembléia, a de Infraestrutura, também sabe que é relevante, além de estar na Mesa, se debruçar sobre este problema. Isso é urgentemente necessário devido a esse tombo que teve a economia brasileira. É insuportável! Não podemos menosprezar esta questão no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos assistido ao Sr. Governador ir ao jornal *Tribuna* e aos outros jornais dizer que o grande patrimônio que construiu ao longo dos últimos dois anos foi o patrimônio imaterial. Logo no início, deputado Zé Neto, a CPI da Ebal, de que V.Ex^a foi relator, dizia que teve corrupção no governo passado. Foi importante no encerramento daquela Comissão o seu presidente, deputado Arthur Maia, membro da Bancada do governo, reconhecer que durante toda a investigação em nenhum instante se chegou nem perto do governador Paulo Souto. Fosse eu agir da mesma forma hoje, deputado Júnior Magalhães, tinha de dizer que a corrupção atingiu o governo Wagner. Está provado que tinha corrupção no governo Wagner.

O Sr. Zé Neto:- Investigada.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Não atingiu o governador! Não atingiu o governador mas tinha corrupção, como houve no governo passado. Não podemos atribuir a S.Ex^a responsabilidade pela conduta dum membro de segundo ou terceiro escalão. Nem do primeiro, como era o coronel comandante geral da Polícia Militar, que recebe como membro do primeiro escalão. Quanto mais de segundo e terceiro! Essa é a nossa diferença.

Esse é o marco divisório entre a forma nossa de fazer política e a da Bancada da Maioria, que procura atingir o governo passado sabendo que o então governador não podia ser onipresente, não tinha condição nenhuma de responder por atos dos seus subordinados. De um diretor de escola em determinado local, de um terceiro escalão da Secretaria da Saúde, muito menos dum diretor de obras duma empresa estatal, como foi o caso acontecido na CPI da Ebal. Vinham para cá e frisavam que tinha corrupção no governo passado. Tinha! Como tem no governo atual, sem a

complacência do governador, que foi firme, enérgico. Para descobrir, determinou a responsabilização dos culpados.

É por isso que a gente tem de saber sempre dosar muito, ter cuidado com as palavras, porque o ex-governador Paulo Souto é um homem de bem. Até que se prove o contrário, apesar de ser seu adversário, eu respeito e também tenho como homem de bem o governador Wagner. Mas o que ele é? É incompetente. Não tem tomado nenhuma medida para enfrentar esta crise, que tem se mostrado avassaladora, apesar de o presidente ter dito que é uma marolinha.

Caiu, no mês passado, em 16% a produção industrial da Bahia. O Polo Petroquímico e a metalurgia foram atingidos duma forma que o Estado nunca viu neste último centenário. E quais são as medidas que estão sendo adotadas para poder preservar a capacidade do Estado? É o governo federal dando esmola com o chapéu alheio, isentando do IPI quando parte desse imposto é fundamental para o FPE e o FPM! Os governos estaduais vão começar a sentir dificuldade por conta da política perversa do governo federal, que não cede dos impostos federais, que não precisa partilhar, nem das contribuições, cede naquele que forma o bolo do FPE e do FPM.

Para concluir, nobre deputado Júnior Magalhães, que preside esta sessão, para nossa honra, os prefeitos municipais receberam, no dia 10 de fevereiro, metade dos recursos que receberam em 10 de fevereiro. Estão de cuia na mão, fazendo esforço e tomando dinheiro emprestado para poder honrar o funcionalismo. E o governo da Bahia não está tomando medida nenhuma.

O governador faz um discurso na Associação Comercial, onde só existem empresas baianas, dizendo que não vai ajudar mais os empresários que estão fugindo do Estado. O lugar é impróprio e o discurso é impróprio. Tem que dizer isso é para as empresas de fora, que recebem subsídios e estão abandonando o Estado por dificuldades de uma crise financeira mundial, que precisa do esforço de todo mundo, e precisava haver, à frente do destino do Estado, um governador, sim, da qualidade, da competência, do ex-governador Paulo Souto, que estaria tomando medidas como tomam hoje o governador Serra, o governador Aécio Neves, o do Rio Grande do Norte, Eduardo Campos, de Pernambuco, e o da Bahia faz de conta que não existe crise. Nós, os baianos, vamos pagar muito caro por isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Zé Neto, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados aqui presentes, primeiro, o deputado Elmar tocou num assunto que eu acho que deve ser tratado até com muito mais profundidade, até porque, deputado Elmar, nós tivemos uma prática no governo, desde o seu início, primeiro, de não perseguir, depois, de

dialogar, depois, não, paralelamente, dialogar com todos os setores da política baiana. O próprio Coronel Santana foi coronel...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Deputado Zé Neto, eu queria pedir a V.Ex^a que registre a presença.

O Sr. ZÉ NETO:- Eu registrei, e não vi a confirmação. Eu acho que a máquina não confirmou.

Bom, então, o próprio coronel Santana veio do governo passado, da tropa, numa sequência de comportamento que, de onde nós observávamos, tinha, tanto profissional como administrativamente, a condição de ser o comandante geral. Foi o comandante geral, não apresentou os resultados. Normalmente, vamos fazer uma modificação, uma coisa por outra. Temos hoje um outro coronel, um comandante geral.

As denúncias feitas foram muito sigilosa e cautelosamente investigadas, investigações foram feitas com todo critério legal e, obviamente, este governo dá uma demonstração clara de combate a qualquer irregularidade, mesmo em seu âmbito, porque nós sabemos que, infelizmente, na máquina pública, há uma cultura que deve ser combatida, não só na Bahia, como no Brasil, no mundo, de corrupção.

Aqui na Bahia, nós também avançamos, e é bom lembrar que, no “Jaleco Branco”, fomos nós, do governo do Estado, comandados pelo governador Wagner, que encaminhamos toda a documentação ao Ministério Público, para que apurasse as irregularidades que nós encontramos, inclusive algumas de 14, 16 anos, das empresas de serviços, e o resultado foi tão valioso que nós descobrimos rombo que ultrapassava aí 1 bilhão e 200 milhões no seu total. E não é só isso, a Operação Jaleco Branco foi um exemplo claro de que o Estado poderia ter sido mais eficiente.

Contratamos, deputado Elmar, empresas de limpeza para fazer o mesmo serviço que vinha sendo feito por até 70% a menos do valor pago pelo governo anterior. Havia conivência? Havia incompetência na fiscalização? É necessário avaliar. Existia prejuízo para o Estado? Ah, como havia!

O governo e o Ministério Público, deputado Elmar, acompanharam a investigação que comprovou a existência de um rombo de mais de 178 milhões na Bahiatur. Aqui nesta Casa apuramos, minuciosamente, a Ebal e encontramos um rombo de mais de 620 milhões.

Este governo mostra o que há muito não se via na Bahia, que é sobretudo o vigor de combater, indicar, fiscalizar e apurar – dentro do sigilo necessário e do devido processo legal, sem fazer pirotecnia – visando a proteção do Erário...

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a está inscrito.

E é assim que estamos tocando as coisas neste Estado. A transparência, deputado Elmar, pregada por nós agora pode ser vista através do Portal da Transparência. Esse portal, que está funcionando a contento, é um exemplo claro de que não temos o que temer, de que não precisamos esconder os números e os valores do Estado.

V.Ex^a foi deputado comigo aqui no primeiro mandato e sabe que nós,

parlamentares eleitos do Estado da Bahia, não tínhamos – nós, os deputados! – sequer uma senha para fiscalizar as contas estaduais.

A mesma coisa acontece atualmente em Feira de Santana. Essa é a história do DEM, daquela turma que gosta de conversar muito, mas não tem memória e esconde as coisas...

O Sr. Heraldo Rocha:- É uma herança maligna!

O Sr. ZÉ NETO:- Ontem, deputado Heraldo, eu denunciei aqui, mas V.Ex^a viu e ouviu pouco. V.Ex^a, deputado Heraldo, fez um discurso agora há pouco dizendo que eu precisava aprender mais sobre Medicina, mas o senhor necessita aprender a ouvir um pouco mais, porque não ouviu o que eu disse aqui ontem. Não ouviu!

V.Ex^a falou sobre a prevenção...

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu peço desculpas porque estava ocupado, mas eu li no *blog*.

O Sr. ZÉ NETO:- Só que a notícia não saiu com as minúcias que V.Ex^a precisava saber. Mas eu chamei a atenção, tive o cuidado de dizer: “Deputado Heraldo, você sabe do respeito que tenho por V.Ex^a...”. Eu ia dar uma resposta, como dei, talvez o senhor não tenha ouvido...

O Sr. Heraldo Rocha:- Foi, foi...

O Sr. ZÉ NETO:- Ontem, eu dizia exatamente isso, que as coisas acabam se encaixando. Disse que lá em Feira de Santana 60 ou 70 agentes de endemias... Denúncia feita pelo próprio sindicato! Inclusive, há o decreto 7.017, de 6 de março de 2009, publicado no jornal *Folha do Estado* no dia 7 ou 8, assinado pelo prefeito Tarcísio Pimenta, reconvocando os agentes de endemias para ocuparem as suas funções. Isso é criminoso!

V.Ex^a tem que lembrar de que a prevenção não é só do Estado, é também da União e, antes de tudo, do município. É ele que deve combater o mosquito através dos agentes de endemias, fazer as operações municipais para viabilizar a chegada dos recursos federal e estadual. E também até mesmo reivindicar quando for necessário.

Itabuna está como está, deputado Heraldo, por causa do desmando. Quando eu mencionei o Hospital de Base foi porque pessoas estão morrendo, em Itabuna, não apenas por conta da epidemia, mas também devido ao não-atendimento.

Infelizmente, encontramos um caos estabelecido lá. Mas o Estado há 3 meses vem modificando a realidade daqueles hospitais de Itabuna.

Então, essa transparência que o governo do Estado, na prática, fez funcionar na Bahia, é responsável pela fiscalização do nosso Erário.

Essa última operação, que, infelizmente, para todo nós é uma infelicidade, pôde constatar que havia irregularidades no âmbito da Polícia Militar. E essa situação, no nosso ponto de vista, é grave e nos põe mais atentos ainda em defesa do Erário, da transparência, da regularidade e do nosso patrimônio que preservamos na política, que é o de tratar com honestidade a coisa pública.

É nesse mote que não posso esquecer, deputado Heraldo, que V.Ex^a, quando falasse aqui, deveria fazer um comparativo do que existe da transparência que pregamos não só na área financeira mas também na administrativa, com relação à

qual temos pregado e trazido também, para esta Casa, números e todas essas construções administrativas, mostrando, todos os dias, que há uma diferença muito grande, hoje, neste Estado, no que tange ao tratamento da Saúde, da Educação, da Infraestrutura e do tratamento da coisa pública.

E, hoje, na Saúde, temos muita responsabilidade. Ouvi V.Ex^a dizer aqui que a solução para impedir o avanço da dengue é prevenção, e, nesse caso, Excelência, fizemos, no ano passado, 20 mil cartilhas e distribuímos em Feira de Santana e mais algumas cidades do interior. E estamos a fazer mais 20 mil cartilhas simples, em papel A4, três folhas dobradas, que dão seis folhas, mostrando à população, em passos muito claros, o que fazer para prevenir-se da dengue. É uma pequena contribuição? É, mas temos feito a nossa parte.

Mas estamos fazendo isso do modo que o Estado vem fazendo, ou seja, ampliou os recursos com propaganda e, só em Itabuna e Floresta Azul, já investiu mais de R\$ 2 milhões em equipamentos e num ataque direto a um foco que nós do Estado da Bahia reconhecemos como o mais grave.

Quero dizer a V.Ex^a que fizemos investimento não apenas na Saúde. O Corpo de Bombeiros, assim como a Polícia Militar estão, efetivamente, trabalhando na região, combatendo frontalmente o mosquito da dengue. E hoje, V.Ex^a talvez não saiba disso, estamos com helicópteros trabalhando na região para, de cima, podermos identificar onde estão, de forma endêmica, os focos e os mosquitos da dengue.

Quero lembrar a V.Ex^a que o que encontramos do ex-prefeito Fenando Gomes foi o que podemos chamar de um absurdo no âmbito da política. Nove milhões de reais é o rombo que se divulga hoje, em denúncias feitas a diversos meios de comunicação, nos cofres da prefeitura de Itabuna, é bom V.Ex^a se lembrar disso.

O combate tem que ser feito, Excelência, na atenção básica. Os recursos vêm do governo federal e, em parte, da assistência sanitária do governo estadual, através das Dires.

Agora V.Ex^a, que puxou o tema, deveria convocar também os companheiros do DEM, que também foram responsáveis pelo avanço da dengue em Feira, porque lá também o surto estourou. O deputado Fernando, Torres, que é feirense, sabe o que estou dizendo. Temos, hoje, em Feira, um surto de dengue controlado, combatido. Temos os hospitais funcionando e estamos trabalhando com todo o vigor. Excelência, os dados demonstram um crescimento vertiginoso de casos de dengue em Feira, mas, com tudo controlado, estamos atuando com todo o vigor nessa cidade.

Quero fazer um parêntese para dizer que o atual prefeito tem agido em combinação com o governo do Estado. É uma coisa para se elogiar, porque o que vimos no governo anterior foi uma total discrepância. Hoje até estamos levando dois postos de saúde com atendimento de urgência e emergência, os quais chamamos de UPA, com recursos que nós do governo do Estado conseguimos. Um deles vai ser montado pelo município e o outro pelo governo do Estado nas proximidades do Colégio Clériston Andrade, para ampliar ainda mais o atendimento de urgência e emergência especializada, que, infelizmente, no nosso município não existe. São 600 mil habitantes, deputado Heraldo Rocha, um município com 600 mil habitantes como

Feira de Santana só tem urgência e emergência especializadas no Hospital Clériston Andrade. Nesse hospital, já ampliamos o número de leitos em 150, sendo 60 no hospital e 90 no atendimento médico hospitalar de domicílio, saímos de 1.080 funcionários para 1.460. Já reformamos um terço do hospital, tiramos seis caminhões de lixo. Esse modelo não está só em Feira, não. Esse modelo está instalado na Bahia, e nós estamos hoje desconstituindo esse modelo instalado na Bahia nos últimos 40 anos.

Quero dizer a V.Ex^a que é com muita tranquilidade que nós podemos dizer: não só em Feira como na região, aquele quadro dos sete municípios, em que havia apenas sete municípios na Bahia com mais de cinco modalidades médicas, já não existe mais. Hoje, nós estamos construindo o Hospital da Criança em Feira de Santana. Hoje, nós estamos ampliando investimentos em todas as áreas da saúde. Hoje, podemos dizer com tranquilidade: a parte do governo do Estado está sendo feita.

Agora, nos municípios, não é explicável. Em Jequié, por exemplo, nós tivemos nos últimos três anos uma situação grave, estamos conseguindo buscar uma saída, mas há um empenho do município. Agora, Itabuna... Talvez o empenho não tenha chegado como nós esperávamos, e o que foi deixado pelo ex-prefeito do DEM é uma lástima. Sobre Feira de Santana, que também é do DEM e de que V.Ex^a falou agora há pouco, eu queria perguntar: o que V.Ex^a diz de termos 70 agentes de endemias que são pagos com recursos federais fora da função de campo, trabalhando na máquina administrativa, como motoristas, lá no administrativo, lá não sei onde, e outros que eu nem sei se estavam trabalhando, o que é que V.Ex^a diz disso? Porque o José Ronaldo, do DEM, é aliado de V.Ex^a, o ex-prefeito. Essa é a lógica? Esse é o comportamento correto? São 350.

Então, eu quero aqui até saudar a atitude corajosa do prefeito Tarcízio Pimenta, que é meu adversário político, mas que teve a coragem de reconvocar. Eu vou chamar de coragem, porque sabemos como é que funcionava a Bahia e como é que funciona o sistema em Feira de Santana. Acho até que se ele continuar nesse caminho, talvez consiga alguma coisa de diferente do que nós encontramos lá na cidade, porque a saúde em Feira de Santana, infelizmente, no âmbito da municipalização, é muito mais um esquema de interesse político do que uma rede de atendimento à população. Tanto em baixa, como em alta, como em média complexidades. Concedo ao deputado Elmar o aparte solicitado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu agradeço a V.Ex^a pelo aparte. Eu apenas sei da relação que V.Ex^a tem com a secretaria estadual da Saúde, e nós vimos no *site Transparência Bahia*, do governo do Estado que o governo voltou a contratar com a Coopamed, aquela mesma empresa que o secretário Solla denunciou que tinha um problema no Ministério do Trabalho, e por conta disso rescindiu o contrato que havia, o que causou um caos durante todo o ano passado na contratação de médicos. Já é praxe no governo primeiro enxovalhar as empresas para depois voltar. Quero saber qual é a justificativa do governo para contratar novamente através da Coopamed, já que a rescisão contratual foi justamente por conta de uma determinação do Tribunal

Superior do Trabalho, segundo as palavras do secretário Jorge Solla, aqui, em audiência pública.

Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Elmar, eu não posso dizer a V.Ex^a, mas V.Ex^a tem acompanhado o *site Transparência*. Quero dizer a V.Ex^a que podemos comemorar juntos esse *site*. Quando eu era Oposição, não tinha direito a ver nada. Hoje, V.Ex^a pode acessar o *site Transparência* e encontrar Coopamed ou quem quer que tenha sido contratado.

No Estado de Direito que defendemos não há perseguição a ninguém. Se uma empresa legalmente constituída, ou até por liminar ou ordem judicial, for participar de um processo licitatório, seja ele qual for, e estiver enquadrada dentro dos requisitos do Direito, obviamente que não temos como impedir.

Se a Coopamed estiver participando de alguma licitação – não lembramos exatamente da decisão judicial –, e ela tem, legalmente, dentro do devido processo legal, condições de participar, deputado Elmar, não temos outra coisa a fazer senão investigar se sua participação é legal e se está dentro dos requisitos do Direito. No Estado de Direito é assim que funciona.

Alguns nos disseram: “Vocês estão investigando uma empresa de comunicação aqui, na Bahia, na CPI da Ebal, e a empresa ganhou uma licitação para fazer a comunicação do governo Lula!” Ora, se ela estiver dentro do requisito legal, será respeitada, porque, com o devido processo legal, no Estado de Direito é assim que os governantes devem agir.

Então, V.Ex^a trouxe-me uma novidade, e vou apreciar a procedência disso para dizer se é uma coisa real, e também as circunstâncias. Mas quero lembrar que no Estado de Direito, nas licitações públicas abertas, qualquer um que tenha legalidade e esteja enquadrado nos requisitos administrativos legais pode participar de qualquer pleito, porque é assim que funciona.

Neste governo não funciona o esquema do amigo, da proteção, nem da perseguição. Porque ou se instala o Estado de Direito e se faz com que todos tenham acesso às informações e às participações ou não vamos criar na Bahia um ambiente propício para que possamos avançar ainda mais, como já temos avançado, no âmbito da democracia.

Com a palavra o deputado Fernando Torres.

O Sr. Fernando Torres:- Deputado Zé Neto, quando vou contrapor algum assunto com V.Ex^a tenho o maior cuidado em dizer que em Feira de Santana o único governista que cobra o governador Jaques Wagner é V.Ex^a. Em Feira de Santana, parece que deputado do governo só tem V.Ex^a, porque os outros só aparecem em época de eleição.

Mas V.Ex^a está falando da dengue e no governo José Ronaldo não houve problema com a dengue como está acontecendo em Itabuna. Se houve desvio de função, algum funcionário trabalhando em outra área, isso eu não sei. Com relação à dengue, esse problema não houve. Feira de Santana foi muito bem governada nesse sentido.

Falando-se em dengue e saneamento básico, ontem ouvi uma reportagem que dizia que o governo federal devolveu dinheiro ao Banco Interamericano.

A ministra Dilma Rousseff esteve em Feira de Santana e disse que, com as obras do PAC, vai aumentar o saneamento básico para quase 85%. Poderia aumentar para 100%. Se não fosse só V.Ex^a que cobrasse o governo e tivéssemos deputados federais cobrando, Dilma Rousseff melhoraria os investimentos em Feira, pois dinheiro existe. Faltaram cobranças, faltaram deputados que cobrassem.

V.Ex^a cobrou bem e levou 85% de saneamento básico para Feira. Eu o parabeno, mas poderia ser 100%, porque o governo federal devolveu dinheiro ao Banco Interamericano. Isso foi mostrado em reportagem da *Rede Globo* ontem, por Míriam Leitão.

Fiquei pasmo ao ver que o País precisa de dinheiro e foi devolvido um dinheiro que poderia ser para o saneamento básico.

Parabéns, excelência.

O Sr. ZÉ NETO:- Agradeço a lembrança.

Graças a Deus, nós nos temos empenhado em ajudar o Município de Feira de Santana a combater a dengue.

E quero deixar, aqui, para o deputado Heraldo Rocha apenas um chamativo para que acesse o *site* da Saúde e tenha acesso a esta cartilha: “*Desprecarização dos Vínculos e Seleção dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.*” Nós temos trabalhado muito para que esses agentes sejam legalizados. E o município é um braço fundamental no combate à dengue.

Mas se o município - que é mantido pelo governo federal, o qual manda o recurso, e pelo governo estadual, que busca ajudar na desprecarização e na colaboração para o aprimoramento do agente - der vacilo e não colaborar com os esforços dos dois governos, as coisas não vão caminhar corretamente.

Chamo assim atenção para isso, para que tenhamos consciência de que em nossos discursos o proselitismo deve ser deixado de lado. O deputado Fernando Torres há pouco falou do nosso empenho em trazer o saneamento. O governo do DEM pegou Feira de Santana com 31% de cobertura e a deixou com 35%. Trinta e cinco. Nós estamos buscando 85%, e o deputado Fernando Torres tem razão. Temos de buscar, sim, deputado. E já estamos caminhando com novos projetos para atingir os 100%, entre eles esse que hoje foi responsável pelo atual nível de investimento em Feira de Santana. Nós construímos no município, quando ainda éramos oposição junto com o atual presidente da Embasa, o nosso companheiro Abelardo, seminários com estudos da UEFS e da UFBA apreciando de forma minuciosa a situação feirense, o que serviu de parâmetro ao governo federal para seus investimentos atuais. Hoje estamos investindo cerca de 180 milhões, deputado Heraldo Rocha, em saneamento na cidade de Feira de Santana.

Não é diferente no restante da Bahia. O PAC está em todo o Estado baiano. Logo, quero colocar a V.Ex^a que o nosso papel como Estado está sendo cumprido. E como governo federal também. Nos municípios em que os prefeitos têm consciência deste trabalho conjunto, obviamente este combate a esta epidemia, a dengue, fica mais

completo e mais eficiente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Quero apenas lembrar a V.Ex^a da nossa responsabilidade e que os governos federal, estaduais e municipais e toda a sociedade têm uma tarefa imensa, que deve ser feita com responsabilidade e cuidado. Tenho certeza de que este é o caminho que estamos a trilhar.

Era o que eu tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PRP/PDT/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMN/PP/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PMDB pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Ubaldino falará por 5 minutos. E eu falarei por 4.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Carlos Ubaldino, por até 5 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Oi, digno presidente, deputado Júnio Magalhães, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e amigos que nos prestigiam nas Galerias Paulo Jackson, estamos em uma quinta-feira com a presença de 51 Srs. Deputados, e o assunto em apreço a gente percebe que é a Saúde. Tenho o privilégio de dizer que faço parte da Comissão de Saúde que se instalou, às 11h, para tratarmos de assuntos de interesse da comunidade do Estado.

Ali parabeneizei o nobre presidente Nelson Leal que está a frente da Comissão de Saúde e fiz uma proposta aos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Saúde para fazermos uma visita, levantando as necessidades, principalmente das emergências dos grandes hospitais. Vamos fazer uma visita a todos os hospitais do Estado, vamos convidar o nosso mui digno secretário Jorge Solla para uma audiência pública nesta Casa. Tenho certeza de que os olhos do secretário estão voltados tanto para Feira de Santana como para a situação de Itabuna. Já tenho notícia que ele se deslocou para ver de perto a situação de Itabuna.

Isso é o gesto de um secretário que quer ver a coisa acontecer. A gente percebe as intensões do governador Wagner, desde quando ele está investindo milhões na área de Saúde, Srs. Deputados, construindo o grande hospital do Subúrbio de Salvador, o grande hospital da criança em Faria de Santana, concluindo o grande hospital da grande cidade de Santo Antônio de Jesus. Esse é o gesto de um governo que está encarando com seriedade a questão da saúde no Estado da Bahia.

Senhores, tenho o orgulho de dizer que estou há dois anos na Comissão de Saúde, e nesta Casa apresentei o projeto de lei que obriga os hospitais privados a dar assistência a vítimas de acidentes, Isaac, V.Ex^a que também faz parte da Comissão de Saúde. Temos plano de saúde, mas alguém de nossas famílias não tem esse direito. Quando acontece um acidente, quem está agonizando, Srs. Deputados, entre a vida e a morte, a tendência, a preocupação é alcançar o hospital mais próximo, Srs. Deputados, e quando consegue chegar ao hospital privado, vem a pergunta: Você tem plano de saúde? A resposta é não. Tem o cheque-caução? Também não tenho. É o mesmo que dizer: Fernando Torres, vá morrer mais na frente, porque aqui não podemos recebê-lo.

Os homens da terra, Gaban, estão considerando o dinheiro acima do ser humano. Já o nosso Jesus de Nazaré considerou o ser humano acima do ouro e da prata. Olhando, Ângela, para a Parábola do Samaritano, diz a história, meu querido Dr. Heraldo Rocha, companheiro da Comissão de Saúde, que quando Ele chegou encontrou o samaritano e colocou-o em uma estalagem, untou suas feridas, cuidou dele e disse: estou viajando, quando eu voltar, se gastares mais alguma coisa te retribuirei em tudo que for necessário. Quem olha para a carência do Estado, para os necessitados...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) tenho certeza de que se recompensa desta terra não vier, Aquele que está lá em cima olhará e entregará nas vossas mãos a verdadeira retribuição.

Tenho certeza de que o governador e o secretário Solla irão trazer a solução para este Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, apresentei, em 14 de junho de 2004, um projeto de resolução que prevê a criação da Comissão de Participação Popular.

Gostaria de retomar essa discussão no momento em se discute a composição das comissões, a importância das comissões, a votação de projetos de parlamentares, a dinamização deste Poder Legislativo, trazendo mais à sociedade para que possa contribuir com a produção legislativa. Nesse sentido, desde 2004, eu já tinha essa preocupação ao apresentar esse projeto de resolução.

Infelizmente, esse projeto de resolução ainda não foi apreciado, infelizmente, assim como os inúmeros projetos que apresentamos e que ainda não foram apreciados. Mas chegou o momento de dinamizar esta Casa Legislativa, chegou o momento de aprofundar a democracia e a transparência na Assembléia Legislativa. A Comissão de Participação Popular tem como objetivo trazer os segmentos para esta Casa, para que possam ter voz, iniciativa e contribuir com o aprimoramento da produção legislativa desta Casa, inclusive, com apresentação de um projeto de lei de participação popular, inclusive, na defesa desse projeto no Plenário e na própria comissão.

Entendo que este é o momento de aprofundarmos a democracia. Esse projeto de resolução é mais do que oportuno, pois é um momento em que estamos ampliando a democracia no mundo, na América Latina, no Brasil e na Bahia, e se precisa consolidar e aprofundar esse processo democrático.

Portanto, faço essa colocação no sentido de que esta Casa Legislativa venha aprofundar esse debate, discutir esse projeto de resolução.

(Lê:) À Comissão de Participação Popular cabe analisar, discutir, opinar e acompanhar:

a) as propostas de ação legislativa encaminhadas à Assembléia Legislativa por iniciativa popular, nos termos do art. 145-A;

b) a realização, com a concordância prévia da Mesa da Assembléia, de consulta pública sobre assunto de relevante interesse apresentado nas iniciativas populares;

c) sugestões populares que visem a aprimorar os trabalhos parlamentares.

Art. 145-A - Salvo nas hipóteses de iniciativa privativa e de matéria indelegável, a iniciativa popular é exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por no mínimo meio por cento do eleitorado estadual. ”

Portanto, está na hora de criar a Comissão de Participação Popular.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder da

Oposição nesta Casa, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, minhas senhoras, meus senhores, hoje o deputado Clóvis Ferraz e o deputado Pedro Alcântara trataram de um assunto que esta Casa não pode se omitir, que é a crise econômica que atravessa o nosso País e o nosso Estado particularmente. O deputado Pedro Alcântara inclusive mostrou a situação da fruticultura na região do Vale do São Francisco.

Desde o primeiro momento que a crise se instalou nos Estados Unidos, inicialmente no segmento imobiliário e posteriormente se expandindo por toda a Europa e Ásia, tem sido tratada pelos chefes de Estado com o maior cuidado, com várias reuniões, várias medidas têm sido tomadas. O nosso presidente, o Exm^o Sr. Presidente Lula, Luís Inácio Lula da Silva, que tem 84% de popularidade, tratou esse assunto como uma “marola”, que o Brasil não teria problemas com a crise econômica.

Ora, que me perdoe o presidente Lula. Todos nós sabíamos que essa crise atingiria o Brasil. Todos os economistas do nosso País, todos os articulistas, toda a imprensa, falada, escrita e televisada tratava o assunto com maior cuidado. E ontem no jornal *Folha de São Paulo*, no caderno *Dinheiro*, diz: “Crise bate mais forte no país e PIB cai 3,6%”.

(Lê): “*Brasil tem um dos piores desempenhos no último trimestre de 2008, fazendo ruir discurso oficial de que o País seria pouco afetado*”.

“*A divulgação da forte retração da economia brasileira no último trimestre de 2008, de 3,6% na comparação com o trimestre anterior, fez ruir o discurso oficial segundo o qual o Brasil seria um dos países menos afetados pela crise econômica global*”.

O ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central nas suas entrevistas, nos seus debates com empresários e com diversos segmentos também mascaravam essa situação. Acredito que foi uma grande irresponsabilidade por parte desses senhores, e passaram, talvez, para o presidente essa situação.

Na verdade, a Bahia então piorou, porque o que deveria ser feito naquela oportunidade era que tivéssemos aqui na Bahia, e já foi dito aqui por diversos oradores da nossa Bancada, uma equipe, um grupo de trabalho permanente. Mas esse grupo não deveria ser somente com os servidores do Estado, mas também da iniciativa privada, com representantes da Associação Comercial, do CDL, das universidades, da Fieb. Enfim, a Bahia não tratou esta grave problemática econômica com o medicamento correto, usando uma expressão médica. A doença é grave! O desemprego que está ocorrendo no nosso Estado também é gravíssimo. E não é o desemprego, deputado Luiz de Deus, V.Ex^a que me ouve com atenção, não é a parte do desemprego do trabalhador menos classificado, não! Trabalhadores de bom nível cultural, econômico e pós-graduados estão perdendo empregos nas empresas. Meu filho é consultor de uma empresa grande da Bahia, do Brasil e do mundo, que é a Braskem, e ele me disse: meu pai, são funcionários pós-graduados, com Mestrado,

com Pós-Graduação em universidades, inclusive, americanas, do exterior.

Então, na verdade, este nosso Estado precisa, é isso que digo quando falo, por exemplo, que o deputado Zé Neto, hoje, me contraditor, fez em belo discurso sobre a saúde, e disse que a saúde da Bahia vai muito bem. Para ele! O que digo é que o estado é o grande comandante, ele é que tem que ser o grande mobilizador, o grande condutor dos problemas. Não é só para fazer politicagem, não é só para fazer assembleia, não é só para reunir, para publicar na primeira página do Diário Oficial no Centro de Convenções. O estado, o papel do governo estadual é está permanentemente interagindo com os graves problemas sociais e econômicos. Ele é o comandante do processo, e nesse particular, não é somente o Secretário da Fazenda, tem que ser uma equipe multidisciplinar, com a participação do governo estadual, se possível trazer um membro do governo federal, convocar os segmentos econômicos da nossa sociedade, o presidente da Fiesp, Paulo Scaff.

O Paulo Scaff deu um depoimento seríssimo sobre a crise, há muito tempo. Ele disse que não adianta você ser nem muito otimista nem pessimista quanto à crise, nem exageradamente otimista como o nosso Presidente e nem também omissos como o nosso Governador e o nosso Governo. Temos que ser realista, temos que encarar essa grave problemática econômica que a imprensa, que os economistas, que os articulistas vêm denunciando há muito tempo.

Ora, há a necessidade desta Casa, para concluir, Sr. Presidente, e V.Ex^a deputado Júnior Magalhães, que tão bem presidiu a Comissão de Infraestrutura desta Casa, trazendo temas da maior importância, como o dos perueiros, com a discussão sobre os portos. Enfim, temos que fazer uma audiência pública para discutir a crise econômica, porque ela está afetando todos os segmentos da nossa sociedade. Não podemos ficar omissos a essa grave problemática. Já que o governo não toma uma providência, vamos tomar! Vamos trazer para debater aqui. Hoje, determinarei a minha assessoria para que faça um requerimento ao nosso presidente, tenho certeza que ele nos acolherá. E isso é um assunto suprapartidário! Isso não é um assunto ideológico! Vou fazer um requerimento ao nosso presidente para que possamos trazer à discussão o mais rápido possível. Na próxima reunião da Mesa, vou participar para que tenhamos aqui uma discussão sobre a crise econômica que afeta o nosso Estado, o Brasil e o mundo!

Esta Casa não pode ficar omissa diante desta grave problemática. A crise econômica é grave, e nós temos de estar atentos. Ela vai nos atingir, sim, e não quero que aconteça o que aconteceu com a dengue na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarão, por 3 minutos cada, os deputados Ferreira Ottomar, Fábio Santana e Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Ferreira Ottomar por até 3 minutos.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, solicitei apenas 3 minutos para expressar os meus sentimentos pela perda de um grande amigo ontem, um irmão maçom de Camaçari, Carlos Alberto Sena de Almeida. Pessoa muito querida, um comerciante que prestou grandes serviços àquela cidade. Enfim, uma pessoa íntegra. Sem dúvida, é uma grande perda não só para a família como também para os amigos que tiveram a honra e o prazer de estar ao lado dele.

Peço ao Grande Criador do Universo que lhe dê um lugarzinho no céu, porque ele fez por merecer aqui na Terra.

Obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Capitão Fábio por até 3 minutos.

O Sr. FÁBIO SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria neste momento de agradecer ao governador Jaques Wagner pela forma como vem intervindo em Itabuna e nos municípios circunvizinhos para enfrentar esse grave problema provocado pelo mosquito da dengue – ou pela “mosquita”, que é quem morde as pessoas.

O governador atendeu, através da Secretaria da Saúde, a solicitação dos deputados estaduais e federais que representam a região – Ângela Sousa, eu, Geraldo Simões, e Raimundo Veloso. Pedimos uma intervenção imediata do governo do Estado e fomos atendidos. E amanhã o governador estará em Itabuna para anunciar e implementar importantes medidas para a saúde.

Ele inaugurará 20 leitos de UTI no Hospital Calixto Midlej e duas unidades de pronto-atendimento para a reidratação das vítimas dessa enfermidade provocada por esse mosquito. Essas unidades funcionarão no Hospital São Lucas e no SESP, em Itabuna.

São importantes medidas, além das que já estão em execução, tendo em vista que o secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla está em Itabuna desde o início da semana com sua equipe trabalhando. Hoje há um helicóptero dando apoio ao trabalho de combate a esse mosquito. Acreditamos que iremos corrigir, dentro de pouco tempo, um problema que foi criado pela administração anterior. É o governo do Estado, através de suas ações que está corrigindo isso. Se hoje há um problema grave em Itabuna com referência à dengue, foi porque o dever de casa não foi cumprido na gestão passada.

Não podemos também deixar de dizer que a atual administração também tem participação, tem culpa, tem responsabilidade porque fez parte da administração anterior. O atual prefeito foi vice na administração anterior, então tem responsabilidade também pelo que está acontecendo na cidade. Mas o governo do Estado não vai fugir de sua obrigação. Já que o município não tem competência, não tem capacidade para controlar este surto, esta doença, o governo do Estado está intervindo.

Parabenizo o governador Jaques Wagner e o secretário Jorge Solla pela forma como estão tratando esta doença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, neste último tempo que me resta, na condição de Líder do governo, queria anunciar, naturalmente isso já foi divulgado através da Imprensa, desta tribuna a implantação no dia de ontem, com a participação do governador do Estado, da Estireno do Nordeste.

Trata-se da implantação de uma importante empresa no Polo Petroquímico de Camaçari com a perspectiva de geração de 150 empregos diretos. É um investimento importante num momento de crise que se abate sobre o mundo. Neste momento em que parlamentares da Oposição, como o Líder da Minoria fez há poucos instantes, chamo a atenção para os cuidados e as precauções que o nosso Estado e o nosso Brasil, naturalmente, devem ter no enfrentamento dessa grave crise financeira que se abateu sobre o mundo recentemente e que tem sido motivo de preocupação de todos.

Gostaria, ao anunciar e destacar a instalação de mais uma empresa com mais importantes investimentos, gerando um número significativo de empregos, de dizer que todos os organismos internacionais, todas as agências de fomento, todos os institutos multilaterais, como o Banco Mundial, FMI, estão reconhecendo, em todos os eventos que estão discutindo a crise, que o Brasil é o 2º país mais preparado para o enfrentamento da crise - em 1º lugar está a China.

Se não fosse a política econômica adotada pelo governo Lula, que tem, naturalmente, pilares macroeconômicos devidamente consolidados: controle da inflação, manutenção do risco Brasil em patamar adequado, superávit na balança comercial, ajustamento da balança de pagamentos, controle rígido da inflação, o nosso País, hoje, estaria, sem dúvida alguma, convivendo com o colapso, como aconteceu em outras oportunidades.

Não podemos, naturalmente, desperceber-se da realidade, se descuidar da crise que é real e que naturalmente repercutirá também no Brasil e na Bahia fortemente, como já está repercutindo, de outro lado não podemos deixar de exaltar, de destacar a política macroeconômica do governo Lula, que está permitindo ao Brasil atravessar esta tempestade em condições muito mais favoráveis que outros países, especialmente os capitalistas, como os Estados Unidos, que estão convivendo, com a mais dura crise vivida na história recente do capitalismo internacional.

Portanto, é importante fazer esse destaque. Acho muito bom, será bem-vinda a discussão, o debate proposto por vários parlamentares a respeito dessa questão das medidas acertadas, tomadas tanto pelo governo Lula como pelo governo Jaques Wagner, para o enfrentamento desta crise que se abateu sobre toda a humanidade.

Quero, Sr. Presidente, por questão de precaução não sei se tem alguma coisa

na Ordem do Dia, mas solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Não havendo número regimental para a continuidade da sessão, em nome de Deus declaro-a encerrada.

(Não foi revisto pelo orador.)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*